

Como chegar ao “pote de ouro”

Crescimento sustentado, para Langoni, depende do manejo adequado de juros e câmbio

por Fernando Dantas
de São Paulo

O diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Geraldo Langoni, acredita que “existe um pote de ouro no horizonte” da economia brasileira. Langoni, ex-presidente do Banco Central (BC), refere-se à possibilidade de o País crescer de forma sustentada a taxas de 7 a 8% ao ano, o que se tornou potencialmente factível com a retomada espontânea de investimentos que vem ocorrendo hoje no Brasil. Na sexta-feira, economistas e empresários participaram em São Paulo do seminário “Um novo ciclo de investimentos”, promovido pela Fundação Getúlio Vargas e pela Gazeta Mercantil.

Em 1996, segundo um levantamento da Fundação Getúlio Vargas, o Brasil deve receber entre R\$ 5 bilhões e R\$ 5,5 bilhões em investimento estrangeiro direto, o maior nível em todos os tempos, de acordo com Langoni – embora inferior às expectativas de parte da equipe econômica (ver reportagem ao lado). Na década de 70, do “mi-

lagre brasileiro”, a média do investimento estrangeiro direto ficou em pouco mais de R\$ 2 bilhões.

Há uma série de características positivas no ciclo de investimentos que parece estar se iniciando, observa Langoni: “Há uma liderança absoluta do setor privado, não há subsídios nem incentivo fiscal, e a economia hoje, ao contrário da década de 70, está totalmente aberta”. Todos esses fatores, para ele, fazem com que os investimentos atuais estejam muito mais ligados ao aumento da produtividade e também à competitividade dos produtos no mercado externo.

A grande questão no momento, para Langoni, é saber se o ciclo de investimentos será sustentável ou não, ou, para ficar na mesma imagem, se os brasileiros porão ou não as mãos no pote de ouro.

O economista acha que um ma-



Carlos Geraldo Langoni

nejo muito habilidoso das políticas de juros e cambial, aliado a um ajuste mais vigoroso do setor público, e avanços no que chama de “megaprivatizações” (como o setor telefônico e de telecomunicações), são algumas das precondições para não se desperdiçar a grande oportunidade. Em caso contrário, o País teria de se con-

formar com um crescimento “mediocre” de 3 a 4% ao ano.

Na área cambial, Langoni defende uma política de desvalorização do real um pouco mais forte que a que foi conduzida pelo Banco Central (BC) em 1995. Na percepção do economista, a desvalorização do real vem seguindo a inflação dos preços ao atacado, descontada da inflação externa e dos ganhos de produtividade da economia brasileira. Ele retiraria desse desconto o último fator, do ganho

de produtividade, para 1996, para dar um estímulo aos exportadores. Com isso, Langoni diz que o câmbio poderia se desvalorizar entre 10 e 12% neste ano.

Em relação aos juros, ele observa que as altíssimas taxas internas limitaram a retomada de investimentos às empresas maiores, de preferência com fartos recursos próprios ou acesso a recursos externos. Em um cenário ideal, Langoni vê as taxas de juro domésticas recuando para um patamar de 10 a 12% ao ano no prazo de dezoito meses, o que necessariamente prevê um grande avanço no ajuste fiscal. Para ele, essa redução de juros permitiria que uma massa muito maior de empresas voltasse a investir, pulverizando e ampliando o novo ciclo de crescimento da economia brasileira.

Um último ponto defendido por Langoni, na área política, é o direito de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. “Com isso, o horizonte dos investidores sairia de dois para seis anos, o que contribuiria para reduzir o risco Brasil.” ■